

# *Autopista Régis Bittencourt S.A.*

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Autopista Régis Bittencourt S.A.  
Registro - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sociedade, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

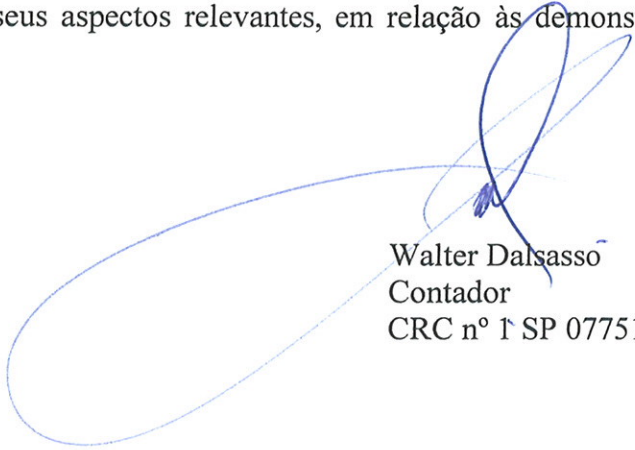
## Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Walter Dalsasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota		
	explicativa	31.12.2011	31.12.2010		explicativa	31.12.2011	31.12.2010
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	113.665	106.240	Empréstimos e financiamentos	15	22.347	291.470
Contas a receber	6	13.071	10.925	Transações com partes relacionadas	20	33.324	25.876
Estoques	7	1.075	483	Fornecedores	16	24.125	10.644
Despesas antecipadas	8	744	434	Fornecedores - partes relacionadas	20	8.781	6.660
Impostos a recuperar	9	2.503	685	Obrigações sociais	17	3.255	3.409
Outros créditos		<u>52</u>	<u>25</u>	Obrigações fiscais	18	4.673	2.902
Total dos ativos circulantes		<u>131.110</u>	<u>118.792</u>	Cauções contratuais	19	8.947	4.726
				Taxa de fiscalização	22	841	792
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				Adiantamento de seguros	23	8.316	5.805
Aplicações financeiras restritas	10	25.327	-	Provisão para manutenção em rodovias	21.2	723	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 28	464	972	Provisão para investimentos em rodovias	21.2	16.826	-
Imobilizado	12	3.882	2.414	Dividendos propostos	24.2.2	12.841	9.050
Intangível	13	750.861	502.814	Outras contas a pagar		<u>45</u>	<u>37</u>
Diferido	14	<u>25.241</u>	<u>28.002</u>	Total dos passivos circulantes		<u>145.044</u>	<u>361.371</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>805.775</u>	<u>534.202</u>				
				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
				Empréstimos e financiamentos	15	444.306	2.466
				Transações com partes relacionadas	20	97.000	119.000
				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	21.1	222	1.927
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 28	27.679	13.726
				Provisão para manutenção em rodovias	21.2	14.059	8.152
				Provisão para investimentos em rodovias	21.2	-	16.136
				Total dos passivos não circulantes		<u>583.266</u>	<u>161.407</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	24.1	122.927	85.793
				Reservas de lucros		<u>85.648</u>	<u>44.423</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>208.575</u>	<u>130.216</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>936.885</u>	<u>652.994</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>936.885</u>	<u>652.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota	31.12.2011	31.12.2010
	explicativa		
RECEITA	25	489.939	340.915
CUSTO DOS SERVIÇOS	26	(366.284)	(239.533)
LUCRO BRUTO		<u>123.655</u>	<u>101.382</u>
Despesas gerais e administrativas	26	(15.536)	(17.263)
Remuneração da Administração	20	(772)	(722)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>107.347</u>	<u>83.397</u>
Receitas financeiras	27	14.878	10.810
Despesas financeiras	27	(40.371)	(36.792)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>81.854</u>	<u>57.415</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	28	(13.329)	(11.505)
Diferidos	28	(14.459)	(7.803)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>54.066</u>	<u>38.107</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO	30	<u>0,53</u>	<u>0,44</u>

Não há resultados abrangentes nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		84.001	377	14.989	-	99.367
Aumento de capital		1.792	-	-	-	1.792
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.107	38.107
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	24.2.2	-	1.905	-	(1.905)	-
Dividendos propostos	24.2.2	-	-	-	(9.050)	(9.050)
Retenção de lucros	24.2.2	-	-	27.152	(27.152)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>85.793</u>	<u>2.282</u>	<u>42.141</u>	<u>-</u>	<u>130.216</u>
Aumento de capital		37.134	-	-	-	37.134
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.066	54.066
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	24.2.2	-	2.703	-	(2.703)	-
Dividendos propostos	24.2.2	-	-	-	(12.841)	(12.841)
Retenção de lucros	24.2.2	-	-	38.522	(38.522)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>122.927</u>	<u>4.985</u>	<u>80.663</u>	<u>-</u>	<u>208.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	54.066	38.107
Ajustes ao lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	18.583	16.026
Baixa de ativos permanentes	38	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.459	7.803
Despesas de juros, líquidas das receitas	21.672	20.417
Despesas de juros, líquidas das receitas - partes relacionadas	16.189	13.069
Resultado financeiro - reversão de ajuste a valor presente	366	1.067
(Reversão) constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(1.705)	1.900
Provisão para manutenção em rodovias	6.955	5.206
(Aumento) redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.146)	(3.047)
Estoques	(592)	(130)
Despesas antecipadas	(310)	(20)
Impostos a recuperar	(1.441)	33
Outros ativos	(27)	53
(Aumento) redução dos passivos operacionais:		
Fornecedores	659	(661)
Fornecedores - partes relacionadas	(1.155)	33
Obrigações sociais e trabalhistas	(154)	38
Obrigações fiscais	11.520	7.357
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.640)	(8.758)
Cauções contratuais	78	14
Adiantamentos de seguros	24.721	5.805
Outros passivos	57	40
Juros pagos	(25.949)	(23.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>125.244</u>	<u>80.774</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.837)	(400)
Adições ao intangível	(259.384)	(147.233)
Aplicações financeiras restritas	(24.112)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(285.333)</u>	<u>(147.633)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	171.199	52.225
Pagamentos	(3.685)	(3.327)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>167.514</u>	<u>48.898</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>7.425</u>	<u>(17.961)</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	106.240	124.201
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	113.665	106.240
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>7.425</u>	<u>(17.961)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>RECEITAS</b>		
Prestação de serviços	244.472	204.238
Receita dos serviços de construção	266.507	154.613
Outras receitas	439	310
	<u>511.418</u>	<u>359.161</u>
<b>CUSTOS</b>		
Custo dos serviços prestados	(43.427)	(36.042)
Custo dos serviços de construção	(266.507)	(154.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.542)	(4.427)
Custo da concessão	(15.138)	(12.930)
Custo de provisão para manutenção em rodovias	(6.955)	(5.207)
Outros custos	(7.526)	(7.706)
	<u>(342.095)</u>	<u>(220.925)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>169.323</u>	<u>138.236</u>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(18.583)	(16.026)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<u>150.740</u>	<u>122.210</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	14.878	10.810
Juros capitalizados	5.231	4.451
	<u>20.109</u>	<u>15.261</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>170.849</u>	<u>137.471</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	17.431	16.462
Benefícios	3.437	3.188
FGTS	1.045	914
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	36.753	26.223
Municipais	12.155	10.824
Outros	-	510
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	552	1.067
Juros	23.264	20.417
Juros capitalizados	5.500	3.226
Outras	726	2.239
Remuneração de capitais próprios:		
Juros - partes relacionadas	16.189	13.069
Juros capitalizados - sobre mútuos	(269)	1.225
Dividendos propostos	12.841	9.050
Lucros retidos do exercício	41.225	29.057
	<u>170.849</u>	<u>137.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, 226, e foi constituída em assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

#### 2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e Exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme o contrato de concessão, são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2011 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$178.562 a valor nominal, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER, revisado e aprovado conforme Resolução nº 3.753 de 20 de dezembro de 2011.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto, categoria "B", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de ruas laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 10 Bases de Serviço Operacional - BSOs.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$963.143 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$474.760 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviços de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$25.241 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que indicam o registro como resultado quando incorrido.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos exercícios estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de

concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional e investimentos que não o geram.

- (iii) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (iv) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

#### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do Grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida a custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

#### 4.1. Instrumentos financeiros ativos

##### Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

##### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais, e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

#### 4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

#### 4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflitam a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

#### 4.6. Instrumentos financeiros passivos

##### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### 4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### 4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.

#### 4.9. Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto das concessões pelos usuários.

#### 4.10. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.



Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
Provisão para manutenção - real	747	-
Provisão para manutenção a valor presente	723	-
Efeito de ajuste a valor presente	24	-
Provisão para investimentos - real	17.394	-
Provisão para investimentos a valor presente	16.826	-
Efeito de ajuste a valor presente	568	-
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Passivo não circulante:</b>		
Provisão para manutenção - real	20.657	11.424
Provisão para manutenção a valor presente	14.059	8.152
Efeito de ajuste a valor presente	6.598	3.272
Provisão para investimentos - real	-	17.394
Provisão para investimentos a valor presente	-	16.136
Efeito de ajuste a valor presente	-	1.258

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### 4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.12. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade

Os pronunciamentos contábeis do “International Accounting Standards Board - IASB” a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Separadas que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui a SIC 2.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando ele é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações à IAS 27.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações à IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC" listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e bancos	1.384	3.612
Aplicações financeiras (*)	<u>112.281</u>	<u>102.628</u>
	<u>113.665</u>	<u>106.240</u>

(\*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos, com carteiras compostas por títulos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	653
Fundos de aplicações	<u>112.281</u>	<u>101.975</u>
	<u>112.281</u>	<u>102.628</u>

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.522	9.654
Cupons de pedágio a receber	1.128	956
Cartões de pedágio a receber	<u>421</u>	<u>315</u>
	<u>13.071</u>	<u>10.925</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de 30 dias.

## 7. ESTOQUES

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Defensa semimaleável simples galvanizada e outras defensas	786	106
Pontaletes de eucalipto	101	-
Barreira plástica	34	59
Cones de obras	31	79
Microesferas e outros itens	<u>123</u>	<u>239</u>
	<u>1.075</u>	<u>483</u>

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	740	426
Outros	<u>4</u>	<u>8</u>
	<u>744</u>	<u>434</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade renovou os seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil.

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	2.495	677
Outros impostos a recuperar	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>2.503</u>	<u>685</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade mantém aplicações financeiras restritas, conforme nota explicativa nº 10, que incrementaram substancialmente a retenção na fonte do imposto de renda, que em consonância ao disposto no artigo 66 da Lei nº 8.383/91, com nova redação dada pelo artigo 58 da Lei nº 9.069/95, estabelece o direito de compensação com impostos de mesma natureza, o que vem ocorrendo normalmente durante o exercício.

## 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Conforme nota explicativa nº 15, item XXIX, a Sociedade deve manter depositado em conta de reserva com o Banco Itaú Unibanco S.A., até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais e, em 31 de dezembro de 2011, monta a R\$25.327.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

Ativo não circulante

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Diferenças temporárias - sobre provisão de Participação nos Lucros e Resultados - PLR e provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.365	2.860
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>464</u>	<u>972</u>

Passivo não circulante

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ajustes por mudança de prática contábil:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	99.465	51.840
Amortização de intangível de obras futuras	(1.328)	(860)
Provisão para manutenção de rodovias	(14.740)	(7.786)
Resultado financeiro de ajustes a valor presente	(3.167)	(2.802)
Estorno de capitalização de juros	(20)	(20)
Estorno de amortização de diferido	<u>1.200</u>	<u>-</u>
	<u>81.410</u>	<u>40.372</u>
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>27.679</u>	<u>13.726</u>

Com base nas projeções de resultado tributável, a expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos é como segue:

Exercício a findar	Ativo		Passivo	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
2011	-	482	-	410
2012	390	272	872	420
2013	-	-	899	433
2014	-	-	933	449
2015	-	-	970	467
Acima de 2016	<u>74</u>	<u>218</u>	<u>24.005</u>	<u>11.547</u>
	<u>464</u>	<u>972</u>	<u>27.679</u>	<u>13.726</u>

## 12. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Prédios e benfeitorias	Instalações, edifícios e dependências	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:								
Saldo em 01.01.2010	448	375	34	1.231	521	118	-	2.727
Adições	19	59	-	(5)	97	-	206	376
Transferências para intangíveis	-	-	-	(133)	-	-	-	(133)
Saldo em 31.12.2010	467	434	34	1.093	618	118	206	2.970
Adições	270	638	-	277	158	-	517	1.860
Transferências	(17)	18	-	648	4	70	(723)	-
Saldo em 31.12.2011	<u>720</u>	<u>1.090</u>	<u>34</u>	<u>2.018</u>	<u>780</u>	<u>188</u>	-	<u>4.830</u>
Depreciação acumulada:								
Saldo em 01.01.2010	(48)	(40)	(1)	(144)	(131)	(17)	-	(381)
Adições	(46)	(39)	(3)	50	(113)	(24)	-	(175)
Saldo em 31.12.2010	(94)	(79)	(4)	(94)	(244)	(41)	-	(556)
Depreciação	(64)	(74)	(3)	(73)	(142)	(36)	-	(392)
Transferências	1	-	-	-	-	(1)	-	-
Saldo em 31.12.2011	<u>(157)</u>	<u>(153)</u>	<u>(7)</u>	<u>(167)</u>	<u>(386)</u>	<u>(78)</u>	-	<u>(948)</u>
Imobilizado líquido:								
Saldo em 31.12.2010	373	355	30	999	374	77	206	2.414
Saldo em 31.12.2011	<u>563</u>	<u>937</u>	<u>27</u>	<u>1.851</u>	<u>394</u>	<u>110</u>	-	<u>3.882</u>
Taxas de depreciação - %	10	10	4	4	20	20		

## 13. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2010	331.047	357	27.516	2.276	361.196
Adições	109.881	60	48.473	1.500	159.914
Transferências de imobilizado	<u>8.498</u>	<u>-</u>	<u>(8.365)</u>	<u>-</u>	<u>133</u>
Saldo em 31.12.2010	449.426	417	67.624	3.776	521.243
Adições	121.027	48	154.667	9.983	285.725
Transferências	54.872	-	(45.492)	(9.380)	-
Alienações/baixas	<u>(375)</u>	<u>-</u>	<u>(21.873)</u>	<u>-</u>	<u>(22.248)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>624.950</u>	<u>465</u>	<u>154.926</u>	<u>4.379</u>	<u>784.720</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2010	(6.482)	(64)	-	-	(6.546)
Adições	<u>(11.806)</u>	<u>(77)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.883)</u>
Saldo em 31.12.2010	(18.288)	(141)	-	-	(18.429)
Adições	<u>(15.339)</u>	<u>(91)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.430)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(33.627)</u>	<u>(232)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(33.859)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 31.12.2010	<u>431.138</u>	<u>276</u>	<u>67.624</u>	<u>3.776</u>	<u>502.814</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>591.323</u>	<u>233</u>	<u>154.926</u>	<u>4.379</u>	<u>750.861</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização linear de 20% ao ano.

## 14. DIFERIDO

Está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Amortização	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	<u>(124)</u>	<u>(124)</u>
	35.338	35.338
Amortização acumulada	<u>(10.097)</u>	<u>(7.336)</u>
	<u>25.241</u>	<u>28.002</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	1.301	1.301
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,21% a 3,58% a.a.	<u>21.046</u>	<u>290.169</u>
		<u>22.347</u>	<u>291.470</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	1.165	2.466
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,21% a.a.	<u>443.141</u>	<u>-</u>
		<u>444.306</u>	<u>2.466</u>

Com base nas projeções, a realização das amortizações do saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

<u>Exercício a findar</u>	<u>31.12.2011</u>
2013	22.085
2014	25.692
2015	30.510
2016	33.025
Acima de 2017	<u>332.994</u>
	<u>444.306</u>

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval por meio de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a execução de serviços iniciais de recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, assim como construção da sede da Concessionária e, ainda, despesas pré-operacionais, visando à exploração, pela beneficiária, do Lote 06 (BR-116/SP/PR), relativo ao Contrato de Serviço Público, precedido da Execução de Obra Pública,

celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e a Sociedade, em 14 de fevereiro de 2008. Em 17 de janeiro de 2011, houve a renegociação do empréstimo de curto prazo com o BNDES, denominado “empréstimo-ponte”, sendo simultaneamente liberado o empréstimo de longo prazo, ambos com a mesma finalidade

No fim do exercício de 2010, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Entre essas cláusulas as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou pagamento de juros sobre o capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Manter uma relação mínima de 20% entre o patrimônio líquido e o passivo total, durante a vigência dos contratos.
- f) Não conceder mútuos a nenhum acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem a prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições, exclusivamente, para fins de verificação de inadimplemento dessa condição:
  - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada; valor esse que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
  - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
  - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes a:
    1. Contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
    2. Mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% acima do CDI ou 8% acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
    3. Saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.



- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos nem amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Em que:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem o prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta “Reserva”, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no Contrato de Financiamento, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas anteriormente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
  - Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
  - Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
  - Alteração, sem o conhecimento prévio do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
  - Descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

#### Do acionista

- I - Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.

- II - Não promover a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
  - III - Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
  - IV - Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
  - V - Manter empenhada ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
  - VI - Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou, ainda, por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 dias a partir desse pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
- 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 dias após expirado o prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

## 16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$24.125 (R\$10.644 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

## 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Provisão para férias	1.528	1.285
Gratificações e participações a pagar	1.146	1.003
Encargos sociais e previdenciários	573	510
Honorários do Conselho Fiscal	-	600
Outras obrigações	<u>8</u>	<u>11</u>
	<u>3.255</u>	<u>3.409</u>

## 18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	437	-
Contribuição social	361	223
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.882	1.319
IRRF	180	100
Programa de Integração Social - PIS	140	121
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	644	559
PIS, COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de terceiros	<u>1.029</u>	<u>580</u>
	<u>4.673</u>	<u>2.902</u>

## 19. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são representados, respectivamente, por R\$8.947 e R\$4.726.

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Transações com partes relacionadas-		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	33.324	25.876
Fornecedores com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	478	1.932
Intervias Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	3	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.111	1.365
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	6.723	3.176
	<u>466</u>	<u>187</u>
	<u>8.781</u>	<u>6.660</u>
Dividendos propostos-		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	12.841	9.050
Passivo não circulante-		
Transações com partes relacionadas-		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	97.000	119.000

Contas de resultado	31.12.2011			31.12.2010	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Outras despesas</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Outras despesas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	15.920	1.343	14.363	1.233
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	170	-	-	-	193
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.359	-	-	-	296
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.589</u>	<u>15.920</u>	<u>1.343</u>	<u>14.363</u>	<u>1.722</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL (controladora) no processo de licitação da concessão e de notas de débito relacionadas às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2011		31.12.2010	
			Valor do principal	Valor do saldo	Valor do principal	Valor do saldo
29.08.2008	Dezembro de 2013 (d)	-	-	-	11.000	13.673
04.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.995	8.000	9.926
25.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.365	1.000	1.232
29.09.2008	Dezembro de 2013 (d)	-	-	-	11.000	13.452
29.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.455	4.000	4.925
06.10.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.523	7.000	8.598
27.10.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	17.000	22.967	17.000	20.735
05.11.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.426	7.000	8.510
27.11.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	22.000	29.411	22.000	26.554
05.12.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.332	7.000	8.426
19.12.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>24.000</u>	<u>31.850</u>	<u>24.000</u>	<u>28.755</u>
			<u>97.000</u>	<u>130.324</u>	<u>119.000</u>	<u>144.876</u>

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por controladas da OHL.
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em Leilão da concessão e de notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.
- (d) Saldo devedor (principal mais juros) convertido em integralização de capital em 28 de abril de 2011.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$772 e R\$722, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede PLR a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são de R\$1.145 e R\$1.003, respectivamente. Em 31 de março de 2011, a Sociedade pagou o montante de R\$1.060, referente à PLR incorrida no exercício de 2010.

As metas são como seguem:

Dos participantes

- I. Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência desse plano.
- II. Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

## Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

## 21. PROVISÕES

## 21.1. Riscos cíveis e trabalhistas e fiscais

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, os quais estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	Baixa	<u>31.12.2011</u>
Cível	1.760	(1.608)	152
Trabalhista	<u>167</u>	<u>(97)</u>	<u>70</u>
	<u>1.927</u>	<u>(1.705)</u>	<u>222</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para riscos cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a movimentação segundo a natureza desses respectivos processos é como segue:

	<u>31.12.2009</u>	Adições (a)	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	1.761	105	1.866
Trabalhistas	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>50</u>
	<u>1.761</u>	<u>155</u>	<u>1.916</u>

	<u>31.12.2010</u>	Adições (a)	Baixas (b)	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	1.866	7	(1.857)	16
Trabalhistas	<u>50</u>	<u>2</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>
	<u>1.916</u>	<u>9</u>	<u>(1.909)</u>	<u>16</u>

(a) Adições de novos processos.

(b) Baixas em virtude da alteração do risco de perda ou arquivamento do processo.

## 21.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e investimentos em rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 31.12.2009	-	563	2.659	15.367
Adições	-	780	5.493	-
Utilizações	-	(574)	-	-
Transferências	-	(769)	-	769
Saldo em 31.12.2010	-	-	8.152	16.136
Adições	709	-	6.246	-
Constituição de ajuste a valor presente	14	-	(339)	690
Transferências	-	16.826	-	(16.826)
Saldo em 31.12.2011	<u>723</u>	<u>16.826</u>	<u>14.059</u>	<u>-</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não efetuou pagamentos referentes a manutenções realizadas.

## 22. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$841 e R\$792, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

## 23. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$24.721 relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais, porém foi baixado de obras contra adiantamentos recebidos em exercícios anteriores o valor líquido de R\$22.210, referente a obras registradas no ativo intangível, permanecendo o valor líquido de R\$8.316 como adiantamento.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes e danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido e de um orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de concluir-se, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 24.1. Capital social

Em 28 de abril de 2011, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$37.134, passando o capital social para R\$122.927, mediante a capitalização de dividendos mínimos propostos de R\$9.050, apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, e a capitalização de R\$28.084, relativa a contratos de mútuo mantidos com a controladora, OHL.

Referido aumento de capital foi aprovado mediante a emissão de 23.954.905 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,55. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pela OHL.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social está distribuído da seguinte forma:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	109.747.902	99,9999	85.792.997	99,9999
Conselho de Administração	3	0,0001	3	0,0001
	<u>109.747.905</u>	<u>100,00</u>	<u>85.793.000</u>	<u>100,00</u>

## 24.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

24.2.1. Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

24.2.2. Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	54.066	38.107
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(2.703)</u>	<u>(1.905)</u>
Base de cálculo para dividendos	51.363	36.202
Dividendos mínimos obrigatórios - %	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	<u>12.841</u>	<u>9.050</u>



O remanescente do saldo do lucro do exercício, no montante de R\$38.522, foi transferido para a conta “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para os investimentos, conforme proposto pela Diretoria.

## 25. RECEITA

Está representada por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita de serviços prestados	244.472	204.238
Receita de serviços de construção	266.507	154.613
Outras receitas	<u>439</u>	<u>310</u>
	<u>511.418</u>	<u>359.161</u>

A seguir, a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita bruta	511.418	359.161
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(359)	(510)
ISS	(12.154)	(10.824)
PIS	(1.598)	(1.231)
COFINS	<u>(7.368)</u>	<u>(5.681)</u>
Receita líquida	<u>489.939</u>	<u>340.915</u>

## 26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custo dos serviços</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Custo de construção	(266.507)	(154.613)
Com pessoal	(14.386)	(13.764)
Serviços de terceiros	(40.350)	(33.424)
Depreciações/amortizações	(15.426)	(11.841)
Provisão para manutenção em rodovias	(6.955)	(5.206)
Conservação	(196)	(1.159)
Taxa de fiscalização	(10.047)	(9.505)
Seguros e garantias	(3.673)	(2.519)
Outros custos	<u>(8.744)</u>	<u>(7.502)</u>
	<u>(366.284)</u>	<u>(239.533)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(7.003)	(6.800)
Serviços de terceiros	(4.776)	(5.130)
Depreciações/amortizações	(3.157)	(4.185)
Consumo	(343)	(482)
Outras despesas, líquidas	(257)	(666)
	<u>(15.536)</u>	<u>(17.263)</u>

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	131	68
Rendimento de aplicações financeiras	14.747	10.735
Outras receitas	-	7
	<u>14.878</u>	<u>10.810</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(39.456)	(33.486)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(366)	(1.067)
Outras despesas	(549)	(2.239)
	<u>(40.371)</u>	<u>(36.792)</u>

## 28. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.854	57.415
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(27.830)	(19.521)
Ajustes para a alíquota efetiva- Efeitos de adições e exclusões, permanentes	<u>42</u>	<u>213</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(13.329)	(11.505)
Diferidos (vide nota explicativa nº 11)	(14.459)	(7.803)
	<u>(27.788)</u>	<u>(19.308)</u>

## 29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## a) Informações suplementares

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar	21.132	14.931
Capitalização de juros ao intangível	5.231	4.451
Aumento de capital com dividendos a pagar e mútuo	37.134	1.792

## 30. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico por ação:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do exercício	54.066	38.107
Número de ações durante o exercício	101.762.936	85.793.000
Lucro por ação - básico	0,53129	0,44417

Não há instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

## 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos/ recebíveis</u>	<u>Empréstimos/ recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	113.665	106.240
Aplicações financeiras	25.327	-
Contas a receber de clientes	13.071	10.925
Partes relacionadas	-	-
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Passivos</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>
Fornecedores	24.125	10.644
Empréstimos e financiamentos	466.653	293.936
Credores pela concessão	841	792
Partes relacionadas	139.105	151.536
Outras contas a pagar	45	37

#### Riscos de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos cambiais

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	<u>9,50%</u>	<u>11,88%</u>	<u>14,25%</u>
Juros a incorrer CDI (*)	(14.249)	(17.450)	(20.642)
Receitas sobre aplicações financeiras	10.435	13.044	15.653
TJLP	<u>6,00%</u>	<u>7,50%</u>	<u>9,00%</u>
Juros a incorrer TJLP (*)	(36.148)	(42.994)	(49.840)
Juros a incorrer líquido	(39.962)	(47.400)	(54.829)

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

## c) Concentração de risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$11.522 (R\$9.654 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

## d) Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora OHL, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Tabela de risco de liquidez e juros

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros média ponderada - % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>	<u>Total</u>
Finame	8,40	1.439	1.057	160	-	-	2.656
BNDES LP	8,21	55.637	55.674	58.350	61.026	500.567	731.254

### 32. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

### 33. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	117.471

A Sociedade é fiadora do seguro-garantia mencionado anteriormente.

#### 34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

#### 35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2012.

---